





Relatório Executivo do Projeto
Observatório das Dimensões da Competência em Informação nos
Portais da Transparência dos Municípios da Região Imediata de
Montes Claros (MG)

**Análise do Portal da Transparência do Município de Francisco
Dumont**

Montes Claros (MG)
2025

Apresentação

O presente relatório consolida os resultados do projeto de implantação do Observatório da Competência em Informação, que realizou um diagnóstico abrangente dos portais da transparência dos municípios da região imediata de Montes Claros. O objetivo central foi mapear as informações disponibilizadas, identificar lacunas e propor melhorias concretas para o aprimoramento da transparência ativa na gestão municipal.

O estudo, que abrangeu 32 municípios, revelou um cenário com pontos consolidados e outros que demandam atenção prioritária. Identificou-se uma padronização positiva na divulgação de informações fundamentais da execução orçamentária e financeira, como receitas, despesas, licitações e contratos, demonstrando conformidade com as exigências legais basilares e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Contudo, constataram-se deficiências críticas em áreas estratégicas para o planejamento e o controle dos resultados da administração. A divulgação de informações sobre andamento de obras, prestação de contas detalhadas e instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, mostrou-se insuficiente ou de difícil acesso. A indisponibilidade integral de alguns contratos e seus termos aditivos representa uma fragilidade significativa na gestão documental e na transparência dos gastos públicos.

A metodologia de análise foi estruturada em grupos temáticos: Receitas, Despesas, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Para cada grupo, foram definidos critérios específicos de avaliação, permitindo uma verificação objetiva da disponibilidade e da completude das informações no portal de transparência. O grupo Receitas analisou a divulgação da previsão e realização das receitas, a classificação orçamentária detalhada e a lista de inscritos em dívida ativa. O grupo Despesas verificou se os gastos estavam discriminados por categoria orçamentária, identificando beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes. O grupo Recursos Humanos avaliou a divulgação de servidores, remunerações, estagiários, terceirizados e concursos públicos.

Grupos como Licitações, Contratos e Obras tiveram como foco a disponibilização de documentos integrais, detalhamento de valores, prazos, aditivos e status das atividades. Nos grupos de Prestação de Contas e Planejamento, verificou-se a presença e a atualidade dos respectivos documentos oficiais, incluindo balanços, relatórios de gestão e leis orçamentárias. O grupo Acessibilidade analisou a presença de elementos de navegação acessíveis, como símbolos de acessibilidade, opções de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Essa estrutura permitiu uma análise quantitativa e qualitativa, fornecendo uma visão clara sobre os pontos fortes e as lacunas na disponibilização de informações no portal.

Em conclusão, os resultados evidenciam que a simples disponibilização de dados não esgota o dever de transparência. É imperioso garantir que as informações sejam acessíveis, inteligíveis e estejam integradas em um contexto que permita seu efetivo uso para o controle social e para a melhoria da gestão. Neste sentido, o Observatório www.observamg.com.br se configura como uma ferramenta estratégica de apoio à administração pública, permitindo não apenas o monitoramento do nível de transparência, mas também a identificação de boas práticas e de áreas que requerem intervenção. A iniciativa reforça a necessidade de uma abordagem integrada, alinhando os conhecimentos da Gestão Pública, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação, para desenvolver portais que cumpram plenamente seu papel como instrumentos de democracia, eficiência e boa governança.

Coordenação do Projeto ObservaMG.

Análise do Portal da Transparência do Município de Francisco Dumont

1. Sumário

Este relatório apresenta a análise do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Francisco Dumont, com o objetivo de verificar a disponibilização das informações públicas exigidas por lei e avaliar o grau de acesso que a população possui aos dados da administração municipal. A disponibilização adequada de informações permite o acompanhamento da execução orçamentária, a fiscalização da gestão pública e fortalece o controle social.

A análise foi organizada em grupos de informações essenciais: Receita, Despesa, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Cada grupo foi avaliado com base em critérios específicos, verificando a presença ou ausência das informações no portal.

2. Análise dos Dados

O Portal da Transparência de Francisco Dumont apresenta disponibilização parcial de informações, com dados acessíveis em alguns grupos, enquanto outros estão ausentes.

No grupo **Receita**, foram encontradas informações sobre a previsão e realização das receitas do Poder Executivo, bem como a classificação orçamentária por natureza da receita, incluindo categoria econômica, origem, espécie e desdobramento. Entretanto, não há divulgação da lista de inscritos em dívida ativa, limitando o acompanhamento da arrecadação relacionada a débitos municipais.

Em **Despesas**, o portal apresenta informações detalhadas sobre execução, incluindo empenho, liquidação, pagamento e classificação orçamentária completa, além de detalhes sobre beneficiários, bens ou serviços e procedimentos licitatórios.

O grupo **Convênios e Transferências** traz informações sobre recursos recebidos e repassados, com detalhes sobre valores previstos e recebidos, beneficiários, objetos, origens e datas. Não há registro de acordos sem transferência financeira.

No que se refere a **Recursos Humanos**, o portal disponibiliza a relação nominal de servidores, cargos, lotações, datas de admissão/exoneração/inativação, carga horária, remuneração nominal e tabela de padrões remuneratórios. Não foram encontrados dados sobre estagiários, terceirizados ou editais de concursos.

Sobre **Diárias**, estão informados nome, cargo, número de diárias, período, motivo do afastamento e local de destino. Os valores das diárias conforme legislação local não estão disponíveis.

Quanto a **Licitações**, há listagem em ordem sequencial com número, modalidade, objeto, valor estimado/homologado e situação. Não há disponibilização dos editais completos, demais documentos das fases internas e externas, atas de adesão, plano anual de contratações ou lista de sancionados.

Em relação a **Contratos**, o portal apresenta a relação dos contratos celebrados com resumo contendo contratado, valor, objeto, vigência e aditivos. Não estão disponíveis o inteiro teor dos contratos, lista de fiscais ou a ordem cronológica de pagamentos e justificativas de alterações.

O grupo **Obras** não apresenta informações detalhadas sobre execução, quantitativos contratados ou executados, preços unitários e totais, nem relação de obras paralisadas.

No grupo **Prestação de Contas**, não foram encontrados Balanço Geral, Relatório de Gestão ou Atividades, julgamento de contas pelo Tribunal de Contas, nem Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Também não há divulgação do resultado do julgamento das contas do Chefe do Executivo pelo Legislativo. O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) não foi localizado.

Quanto ao **Planejamento**, não foram disponibilizados objetivos estratégicos, indicadores ou leis orçamentárias, incluindo PPA, LDO e LOA.

No que se refere à **Acessibilidade**, o portal oferece exibição do caminho percorrido pelo usuário, opção de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Contudo, não há símbolo de acessibilidade em destaque.

3. Considerações Finais e Recomendações

A análise evidencia que o Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Francisco Dumont apresenta **informações parciais**, com destaque para Receita, Despesa, Convênios, Recursos Humanos e Diárias. Entretanto, grupos como Obras, Planejamento, Licitações e Contratos carecem de informações detalhadas, dificultando o acompanhamento completo da gestão pública.

Para ampliar a transparência e fortalecer o controle social, recomenda-se:

1. **Receita e Dívida Ativa:** disponibilizar a lista completa de inscritos em dívida ativa, com valores, para acompanhamento público.
 2. **Convênios sem transferência financeira:** registrar acordos sem repasse de recursos, detalhando partes, objeto e obrigações.
 3. **Contratos e Licitações:** divulgar o inteiro teor dos contratos e aditivos, lista de fiscais, documentos licitatórios completos, atas de adesão, planos anuais e lista de sancionados.
 4. **Obras:** disponibilizar dados sobre execução física e financeira, etapas, percentuais concluídos, quantitativos e preços contratados e executados, além de obras paralisadas.
 5. **Prestação de Contas e Planejamento:** publicar Balanço Geral, Relatórios de Gestão, RREO, objetivos estratégicos, indicadores, PPA, LDO e LOA.
- Acessibilidade:** incluir símbolo de acessibilidade em destaque para melhorar a visibilidade e o acesso às informações.

A implementação destas medidas permitirá um acompanhamento mais completo da gestão pública, promovendo maior confiança e participação da sociedade na fiscalização dos atos municipais.

Conheça o Observatório do projeto:

www.observamg.com.br